POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. Enquadramento legal

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais estabelece as regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais efetuado por **Movelar – Mário F. Rino, Lda.**, no âmbito da sua atividade, em conformidade com:

- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD);
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (assegura a execução do RGPD na ordem jurídica nacional);
- Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto (comunicações eletrónicas), na redação em vigor;
- Orientações e deliberações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD);
- Orientações do Comité Europeu para a Proteção de Dados (EDPB).

Esta política aplica-se a todos os tratamentos de dados pessoais realizados pela empresa, independentemente do meio utilizado.

2. Identificação do Responsável pelo Tratamento

O Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais é:

- **Denominação social:** Movelar – Mário F. Rino, Lda.
- **NIF:** 500898006a confirmar]
- **Sede:** Zona Industrial de Porto de Mós, Portugal
- **Contacto geral:** movelar@movelar.pt

Encarregado da Proteção de Dados (DPO)

- **Nome / Função:** Não designado formalmente (contacto RGPD assegurado internamente)
- **Contacto RGPD:** rgpd@movelar.pt

3. Princípios gerais do tratamento de dados

A empresa assegura que o tratamento de dados pessoais respeita os seguintes princípios:

- Licitude, lealdade e transparência;
- Limitação das finalidades;
- Minimização dos dados;
- Exatidão e atualização;
- Limitação da conservação;
- Integridade e confidencialidade;
- Responsabilização (accountability).

4. Categorias de titulares de dados

A presente política aplica-se aos seguintes titulares de dados:

- Trabalhadores;
- Candidatos a emprego;
- Formandos e formadores;
- Clientes (pessoas singulares);
- Fornecedores e prestadores de serviços (pessoas singulares);
- Utilizadores do website.

5. Dados pessoais dos trabalhadores

5.1 Finalidades e base legal

Os dados pessoais dos trabalhadores são tratados para as seguintes finalidades, com base nas respetivas bases legais:

- Gestão da relação laboral – execução de contrato (art. 6.º, n.º 1, al. b) RGPD);
- Cumprimento de obrigações legais (AT, Segurança Social, ACT, SST) – obrigação legal (art. 6.º, n.º 1, al. c));
- Processamento salarial e benefícios – obrigação legal e execução contratual;
- Gestão da formação – obrigação legal e interesse legítimo;
- Segurança e saúde no trabalho – obrigação legal e art. 9.º, n.º 2, al. h) RGPD.

O tratamento de dados de saúde é limitado ao estritamente necessário e apenas acessível aos profissionais de saúde competentes.

5.2 Categorias de dados

- Dados de identificação e contacto;
- Dados profissionais e contratuais;
- Dados remuneratórios e fiscais;
- Dados de assiduidade e acessos;
- Dados de saúde (quando legalmente exigido).

5.3 Prazo de conservação

Os dados são conservados apenas pelo período necessário ao cumprimento das finalidades legais e contratuais, nomeadamente:

- Dados laborais: prazos legais aplicáveis;
- Dados fiscais e contabilísticos: 10 anos;
- Dados relevantes para pensões ou direitos futuros: prazos legais específicos;
- Dados necessários a processos judiciais: até trânsito em julgado.

6. Destinatários e subcontratantes

Os dados pessoais podem ser comunicados a:

- Autoridades públicas, quando legalmente exigido;
- Instituições financeiras;

- Seguradoras;
- Entidades de formação;
- Prestadores de serviços de SST;
- Entidades auditoras e certificadoras;
- Prestadores de serviços informáticos.

Todos os subcontratantes estão vinculados por contrato escrito que assegura o cumprimento do RGPD.

7. Direitos dos titulares dos dados

Nos termos do RGPD, os titulares têm direito a:

- Informação;
- Acesso;
- Retificação;
- Apagamento;
- Limitação do tratamento;
- Portabilidade dos dados;
- Oposição ao tratamento;
- Não sujeição a decisões automatizadas.

O exercício dos direitos deve ser solicitado por escrito para o contacto RGPD, sendo garantida resposta no prazo máximo de 30 dias.

Os titulares têm ainda o direito de apresentar reclamação à CNPD.

8. Dados de clientes e fornecedores

Os dados pessoais de clientes e fornecedores são tratados no âmbito da relação contratual, faturação, cumprimento de obrigações legais e, quando aplicável, com base no interesse legítimo da empresa.

O tratamento para fins de marketing direto apenas ocorre quando exista base legal adequada, assegurando sempre o direito de oposição.

9. Website, cookies e comunicações eletrónicas

A utilização do website pode implicar o tratamento de dados pessoais, nos termos definidos em política própria de cookies e privacidade online.

10. Medidas de segurança

A empresa implementa medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais, prevenindo acessos não autorizados, perda, destruição ou divulgação indevida.

11. Registo das atividades de tratamento

A empresa mantém um Registo das Atividades de Tratamento (RAT), nos termos do artigo 30.º do RGPD.

12. Atualização da política

A presente política pode ser revista sempre que necessário, nomeadamente por alterações legislativas ou orientações da CNPD.

Entrada em vigor: 01 de janeiro de 2025